



## VOLTAR ÀS RUAS CONTRA A VIOLÊNCIA MACHISTA, A LGBTIFOBIA E O FASCISMO!



**Não à guerra imperialista na Ucrânia!  
FORA A NATO, FORA AS TROPAS DE PUTIN!**



# LEGISLATIVAS 2022:

## Nova derrota da direita, com um crescimento da extrema-direita e maioria absoluta do PS. É PRECISO VOLTAR ÀS RUAS!

As eleições do passado domingo, 30 de janeiro, viram um voto massivo contra a direita, com uma grande alteração da distribuição dos votos da esquerda que resultou na maioria absoluta do PS.

### Um voto massivo contra a direita e a extrema-direita

Estas eleições estiveram marcadas fundamentalmente pelo perigo de um governo que incluísse a extrema-direita — perigo sentido por amplas camadas da classe trabalhadora e da juventude. Este é o principal factor que explica o voto massivo contra a direita pela terceira vez consecutiva em eleições legislativas. A esquerda, no seu conjunto — PS, BE, CDU, PAN e Livre —, teve 2.874.591 votos, ou 53,34%, e 130 mandatos.

Este voto da esquerda concentrou-se no Partido Socialista. Amplos sectores da classe trabalhadora consideraram que era este o voto mais útil para evitar a formação de um governo de direita e extrema-direita. O PS teve 2.246.483, ou 41,68% dos votos, um número esmagador que corresponde a um crescimento de 379.972 votos face aos 1.866.511 conseguidos em 2019, ano em que já tinha registado um aumento de 160.000 votos face a 2015, o início da “geringonça”. Isto traduziu-se em mais 11 assentos parlamentares para o PS, que fica assim com 117 deputados — a maioria absoluta.

A direita, não tendo ainda fechado a sua crise e estando em pleno processo de recomposição, foi ainda assim a aposta de um sector da burguesia que viu num governo PSD a melhor saída para a crise parlamentar. Durante o mês de janeiro assistimos a um gigantesco esforço de mobilização das camadas mais reacionárias da sociedade, suportado por um financiamento milionário e com um contributo nada menosprezável da grande comunicação social. Na recta final para as eleições, os jornais e canais de televisão anunciavam já Rui Rio como inevitável vencedor das

eleições. Isto, combinado com os avanços da direita nas autárquicas de 2021, funcionou para eletrizar o eleitorado de direita.

Feitas as contas, no seu conjunto — PSD, Chega, IL, CDS-PP e coligações PSD-CDS —, a direita teve um total de 2.318.294, ficando a cerca de meio milhão de votos da esquerda. Isto é sem dúvida alguma uma derrota. É preciso notar, ainda assim, que é também um crescimento de mais de meio milhão de votos — 549.203, precisamente — desde 2019, que foram distribuídos por todas as forças à excepção do CDS-PP. Este último parece ter terminado finalmente o seu processo de decomposição e não elegeu um único deputado.

O PSD, no entanto, foi o partido de direita a ter o menor crescimento. Rui Rio terminou a noite eleitoral a fazer as malas. O partido laranja teve apenas mais 77.961 votos do que em 2019, ficando com 1.498.605 boletins e 71 mandatos, ou seja, acabando com uma perda de 6 assentos.

Isto dá-se enquanto a esquerda, no seu conjunto, regista uma queda de 36.186 votos e 12 mandatos. Tal como nas autárquicas, a direita saiu derrotada, mas deu mais um passo em frente.

### A queda do BE e da CDU

A política reformista e de seguidismo do PS que foi aplicada pelo BE e pela CDU voltou a ser castigada nas urnas, desta vez com uma violência inaudita.

O BE conseguiu apenas 240.257 votos em todo o país, ou 4,46%, com a direcção a ter de encaixar uma queda de 252.250 boletins face a 2019. Ficou, portanto, com menos de metade dos votos das legislativas anteriores, 492.507 (9,67%), onde já sofreu uma queda de mais de 50.000 votos face a 2015. Dos 19 deputados que manteve durante os anos de “geringonça”, restou um grupo parlamentar com 5 membros.

A CDU, por seu turno, teve 236.630 votos, ou 4,39%, e ficou com 6 dos 12 assentos que detinha. Foi uma queda de 92.611 votos face a 2019, e de 206.118 face a 2015.

Assim, os 6 anos de “geringonça” fortaleceram o PS ao ponto de permitir a Costa apoderar-se, nestas eleições, de mais de metade dos votos que tiveram o BE e a CDU em 2015 — quando eram praticamente um milhão.

Além de toda a estirpe de comentadores e “especialistas” na comunicação social burguesa, os próprios dirigentes da esquerda reformista dizem-nos agora que este é o preço que foi pago pela reprovação do Orçamento do Estado em outubro passado. Isto está muito longe da realidade.

A profunda crise em que se encontram estas duas formações não é consequência directa e mecânica do chumbo do OE2022, é antes a consequência da política de conciliação de classe que seguiram. De outubro ao dia de hoje, BE e PCP mantiveram a sua recusa em mobilizar os trabalhadores e a juventude para a luta nas ruas, sujeitaram toda a sua acção ao parlamento e restantes instituições burguesas, apresentaram programas que respeitam religiosamente os limites do capitalismo, tudo numa tentativa de se mostrarem perante as camadas médias como partidos “responsáveis” e capazes de entrar no “arco da governação”. A ambição de entrar num governo social-democrata — tal como fez o Unidos Podemos no Estado espanhol — guiou toda a atuação destes partidos.

Ainda durante a campanha que estabelecia como objetivo — tanto no caso do BE como da CDU — “ser a terceira força política”, Catarina Martins já abria a porta a novos acordos com o PS. Por seu turno, Jerónimo de Sousa, discursando na própria noite do sufrágio — antes de se conhecer a maioria absoluta de Costa —, mostrou pela última vez que a burocracia do PCP tinha exactamente os mesmos desejos da

burocracia bloquista.

O erro, portanto, não foi chumbar o OE2022, mas antes fazê-lo apenas como mais uma manobra institucional em resposta aos terríveis resultados das eleições autárquicas. O erro das direcções do BE e do PCP foi não acompanhar o chumbo de uma mudança real de política, continuando a não ser mais do que a social-democracia 2.0.

Tal como escrevemos no balanço das eleições de 2019, quando “chamada a escolher entre o produto original e as diferentes cópias, a classe trabalhadora tende para a maior força política e rejeita as imitações”. E esta tendência foi reforçada perante o perigo de um governo com a extrema-direita.

### O reformismo é incapaz de travar a extrema-direita

Depois do PS, o grande vencedor destas eleições foi o Chega, que recolheu mais 319.095 votos do que em 2019, ficando com 385.543, 7,15% do total. A presença parlamentar da extrema-direita passou assim de 1 a 12 deputados que são agora eleitoralmente a terceira maior força política. De facto, sozinho, o Chega tem hoje mais deputados do que BE e PCP combinados. Eis a mais gráfica consequência da “geringonça”.

Atrás do Chega, foi a Iniciativa Liberal o partido que mais festejou os resultados, tendo conseguido ser a quarta força política, ultrapassando mesmo o BE e a CDU. Os liberais ficaram com 268.414 votos, o que equivale a 4,98% do eleitorado e mostra um assinalável crescimento de 202.869 boletins desde as passadas legislativas.

Entre si, Chega e IL sugaram toda a base social do CDS-PP, com a IL a ser mais forte nos centros urbanos e o Chega a avançar especialmente nas zonas rurais.

### Como se explica este crescimento da extrema-direita?

Tal como fazem após cada derrota eleitoral, os dirigentes reformistas estão agora a dissertar sobre o “baixo nível de consciência” do povo, a “sociedade portuguesa” que “é de centro-esquerda”, uma “viragem à direita de toda a sociedade” e outros disparates equivalentes.

Há trabalhadores a votar à extrema-direita? Certamente que sim. E haverá tantos mais quanto maior for a desmoralização, a falta de perspectivas e de uma direcção política com um programa claro de transformação radical da sociedade. Mas a classe trabalhadora não é de forma alguma a base da extrema-direita.

O que a classe trabalhadora e a juventude revelaram no dia 30 de janeiro não foi um “baixo nível de consciência”, foi uma claríssima consciência do perigo que representava um governo de direita com a extrema-direita, e uma tremenda perda de confiança nas direcções reformistas de esquerda após 6 anos de discursos vazios.

O voto de esquerda foi mais forte — consistentemente acima dos 53% nacionais — em todos os concelhos com maior presença da classe trabalhadora. Alguns exemplos são Odivelas (59,24%), Loures (61,65%), Amadora (62,36%), Setúbal (62,84%), Marinha Grande (63,1%), Almada (64,79%), Covilhã (66,56%), Barreiro (73,81%)... Exatamente como nas eleições de 2019, os trabalhadores e trabalhadoras que votaram fizeram-no à esquerda, contra as ideias da extrema-direita, contra a exploração, o racismo, o machismo e a LGBTIfobia.

A base do Chega está entre as camadas médias mais reacionárias, que se vêem arruinadas ou à beira da ruína com a crise económica, que vêem como ameaça aos seus privilégios todos os avanços dos movimentos sociais e dos trabalhadores. O Chega apresenta a estas camadas uma saída da crise: o aumento da exploração e os cortes nos apoios sociais, a redução da carga fiscal sobre as suas pequenas empresas e negócios, a repressão dos trabalhadores, mulheres, negros, ciganos, pessoas LGBTI e todos os grupos oprimidos, o nacionalismo e o autoritarismo. André Ventura consegue o apoio desta pequena-burguesia desesperada tanto mais facilmente quanto mais profunda é a crise social e a ausência de alternativas.

As explicações dos dirigentes reformistas, que buscam no crescimento da extrema-direita uma prova da “baixa consciência” revelam a sua arrogância e elitismo, a sua falta de confiança no proletariado e a sua falta de programa e de soluções. Em última análise, ao apontar o dedo aos trabalhadores, estão a dizer-nos que não cometeram qualquer erro e que não há remédio senão continuar o rumo até aqui seguido e esperar melhor sorte nas próximas eleições.

Ora, os resultados de dia 30, quando analisados devidamente e tendo em conta toda a luta de classes dos últimos anos, se provam alguma coisa, é justamente que temos condições para seguir uma política genuinamente socialista, que a classe trabalhadora tem força e determinação para travar a extrema-direita, que existem condições para construir uma esquerda revolucionária e transformar radicalmen-

te a sociedade.

### Há que construir uma esquerda genuinamente socialista e revolucionária!

A maioria absoluta do PS não é um cheque em branco entregue a António Costa. A classe trabalhadora não confia cegamente na social-democracia, e as lutas que foram em alguma medida interrompidas pelo choque da crise sanitária não estão encerradas. Tudo o que nos últimos anos provocou choques entre as classes — movimentos sociais, greves e todo o tipo de protestos — está hoje mais presente do que nunca.

No entanto, com uma maioria absoluta, Costa não tem mais de preocupar-se com a fragilidade institucional que fez tombar o seu governo em outubro passado. Por isso mesmo, vendo os resultados eleitorais, a burguesia suspirou de alívio. A reacção de António Saraiva é reveladora. O presidente da CIP — federação patronal — saudou a maioria absoluta como o início de um “novo ciclo económico” com “estabilidade” que permitirá passar uma série de “reformas” para desenvolver “o país”.

O facto é que a braços com a crise do capitalismo, a burguesia exige ao seu governo que rapine a grande maioria da população. E não se trata já de manter as medidas do governo PSD-CDS e da troika, como Costa fez até aqui, mas antes de avançar sobre essas medidas. A forma como o PS tentará fazer passar esta política sem desencadear uma explosão social está ainda por ver, e não será uma tarefa fácil. O dinheiro europeu do “Plano de Recuperação e Resiliência” que o PS

apresenta como panaceia não resolverá este problema.

A política da social-democracia ao serviço do capital financeiro continuará a ser incapaz de travar a extrema-direita e, a prazo, equivale a estender uma passadeira vermelha a um governo reacionário e decidido a atacar os direitos laborais, os direitos democráticos, os direitos das mulheres e conquistadas da classe trabalhadora.

Há que romper imediatamente e de uma vez por todas com a social-democracia, com a política de conciliação de classes que nos trouxe até aqui. Porque nenhum dos objetivos apresentados pelos dirigentes do BE e do PCP para justificar a política dos últimos 6 anos foi alcançado. Não houve um melhoramento das condições de vida da classe trabalhadora e da esmagadora maioria da população, não houve um fortalecimento da esquerda e das organizações dos trabalhadores, não se travou o crescimento da extrema-direita. A submissão à lógica do capitalismo em qualquer aspecto resulta sempre na submissão completa ao capitalismo. A tentativa de conciliar os interesses do proletariado com os interesses da burguesia, seja em que medida for, significa sempre abdicar por completo dos interesses do proletariado. Isto demonstrou claramente a experiência dos últimos anos.

Nestas eleições, mais uma vez, as massas mostraram nas urnas o que repetidamente mostram nas ruas: que existe a força e a determinação para lutar. O que falta é uma esquerda que levante um programa revolucionário, baseado unicamente na mobilização e organização da classe trabalhadora e da juventude.



**ESQUERDA  
REVOLUCIONÁRIA**

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!

[www.esquerdarevolucionaria.net](http://www.esquerdarevolucionaria.net) • [geral@esquerdarevolucionaria.net](mailto:geral@esquerdarevolucionaria.net)

Facebook: @esquerdarevolucionaria.centelha | Instagram: @esqrevpt | Twitter: @EsqRevPT





# Não à guerra imperialista na Ucrânia! FORA A NATO, FORA AS TROPAS DE PUTIN!

Esquerda Revolucionária  
Internacional

Na madrugada desta quinta-feira, 24 de fevereiro, Vladimir Putin deu ordens para uma grande ofensiva militar na Ucrânia, bombardeando alvos militares estratégicos em várias cidades do país. De imediato, a NATO e os governos imperialistas dos EUA e da Europa ostentaram novamente um cinismo sem limites, condenando esta violação do “direito internacional” que mina “a segurança e a estabilidade europeia e mundial”.

Estas são as mesmas potências que reduziram a escombros países como a Síria, o Iraque, o Iêmen, a Líbia ou o Afeganistão, que fizeram uma guerra na Jugoslávia e desmembraram o país para benefício de multinacionais alemãs e americanas, que deram o seu apoio a intervenções militares, golpes de Estado e ditaduras militares sanguinárias, que depois do desaparecimento da URSS se aproveitaram da debilidade da Rússia para estender os tentáculos da NATO até às fronteiras russas e ganhar uma evidente vantagem geoestratégica... e agora se lamuriam porque Putin recorre a esses mesmos meios para defender os interesses do seu regime capitalista e oligárquico.

Como comunistas internacionalistas,

temos de dizer alto e a bom som que a NATO, os EUA e a UE são completamente responsáveis pelos eventos que ocorrem hoje na Ucrânia. Foram eles que, em 2013-14, aproveitando-se de um movimento popular de descontentamento contra o governo de Yanukovich, apoiaram, financiaram e armaram todo tipo de bandos de extrema-direita e neonazis para tomar o controlo do governo, do Estado e do exército ucranianos. A intenção, como é óbvio, era ter um aliado estratégico para usar contra a crescente força do regime de Putin e a sua aliança com a China.

Tendo apontado estes factos inegáveis, rejeitamos frontalmente a invasão militar ordenada por Putin e exigimos a retirada imediata das tropas russas. Entre uma parte da esquerda herdeira do stalinismo, Putin é apresentado como o continuador da URSS, retratado como um nacionalista disposto a resistir à investida ocidental e que merece apoio incondicional e acrítico. Na realidade, o regime de Putin responde aos interesses da oligarquia capitalista russa que, sobre as ruínas da propriedade nacionalizada, o saque do património histórico da URSS e o roubo do povo soviético, se pôs à cabeça de um sistema de capitalismo selvagem com evidentes aspirações imperialistas.

No discurso que pronunciou ao povo da Rússia, 48 horas antes da intervenção militar na Ucrânia, Putin denunciou Lenin e os bolcheviques pelo “crime” de terem colocado em prática, após a Revolução de Outubro de 1917, o direito à autodeterminação e à independência da Ucrânia, favorecendo a sua integração na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em pé de igualdade com a Rússia e outras nações. Putin acusou Lenin de não reter a Ucrânia pela força, como foi o caso durante o império dos czares. Com este discurso, Putin demonstrou ser um chauvinista grão-russo, um imperialista, um inimigo ferrenho do bolchevismo, um feroz anticomunista e, com efeito, um continuador da política repressiva, centralizadora e russificadora de Stalin.

É mentira, mil vezes mentira, que a oligarquia chauvinista russa pretenda com esta guerra alcançar qualquer objetivo progressista. Não têm qualquer interesse em defender a população russa de Donbass ou “desnazificar” a Ucrânia, e muito menos de velar pelos oprimidos do mundo. Os capitalistas russos e o governo de Putin têm objetivos imperialistas evidentes: tomar o controlo de fontes de matérias-primas estratégicas para a sua economia, colocar sob o seu controlo direto rotas comerciais essenciais e desviar a atenção dos grandes problemas sociais

vividos pelo povo russo, atçando o chauvinismo para esmagar os direitos democráticos nacionais do povo ucraniano.

## Mudanças na correlação de forças internacional

O cerne deste conflito militar, a sua envergadura e os seus possíveis desenvolvimentos prendem-se diretamente com a luta pela supremacia mundial e as mudanças na correlação de forças imperialista. A Rússia conta com o apoio da potência capitalista mais dinâmica do momento, a China, e com esta intervenção apenas reafirmou o seu papel proeminente nos assuntos mundiais, como notamos na nossa última declaração: Tambores de guerra na Ucrânia. Um importante capítulo na luta pela hegemonia mundial.

O militarismo estado-unidense, depois da derrota no Afeganistão que constituiu um ponto crítico da sua prolongada decadência, tentou manter a influência no continente europeu. De facto, Joe Biden e os seus aliados continuaram a levar a cabo a sua estratégia militarista contra a Rússia como se tudo seguisse tal como em 1991. O problema é que as coisas mudaram muito desde então.

Os aliados dos EUA, a começar pela UE e seguindo com a social-democracia

internacional, encolhem os ombros quando são recordados de que a NATO foi, entre 1999 e 2004, alargada para incluir a Hungria, a Polónia, a República Checa, a Eslováquia, a Bulgária, a Eslovénia, a Estónia, Letónia, Lituânia e a Roménia. Ou seja, esses campeões da “democracia e da paz”, “do estado de direito”, “da diplomacia”, enfraqueceram ao máximo a capacidade defensiva do Estado russo, que deu por si rodeado de forças hostis num cerco sem precedentes. A tentativa de continuar esta expansão militar, trazendo a Ucrânia para a NATO e apertando ainda mais o cerco à Rússia, é o que está por detrás desta resposta. Como reagiriam os EUA se a Rússia ou a China estabelecessem acordos militares e instalassem bases militares ou armamento nuclear no México ou no Canadá?

Em 2008, a NATO aceitou o pedido de admissão da Geórgia e da Ucrânia, que faziam parte da URSS há setenta anos. No entanto, em agosto desse mesmo ano, a situação inverteu-se: a Rússia fez uma intervenção militar para impedir a ocupação georgiana da Ossétia e da Abcásia, estimulada pelo imperialismo ocidental através da Turquia.

Em 2013, o regime de Assad, na Síria, estava entre a espada e a parede, e os EUA podiam pôr-lhe um fim. Nesse momento, Putin deixou claro a Obama que não ia deixar cair Assad. O imperialismo ocidental, ainda que tenha continuado a armar os jihadistas, não teve capacidade para enviar fortes contingentes para o terreno; a Rússia, por seu turno, lançou em setembro de 2015 uma grande operação com tropas aerotransportadas, aviões de combate e grande quantidade de material, cujo resultado foi a consolidação de Assad.

Se uma coisa ficou clara nos últimos anos é que a Rússia já não é aquela potência anémica que assistiu passivamente enquanto a sua área de influência na Europa de leste era transformada numa gigantesca plataforma para implantação de bases militares e milhares de soldados do imperialismo ocidental. Hoje, o avanço da Rússia como decisivo ator internacional é indiscutível: na Síria, na Líbia, em todo o Médio Oriente e em África.

## A guerra é a continuação da política por outros meios

A guerra é a mais complicada das equações e, ainda que implique fatores militares de primeira ordem, é essencialmente uma questão política. Neste momento, a guerra na Ucrânia tem um caráter reacionário de ambos os lados. O governo de Zelensky, em Kiev, é um mero fantoche do imperialismo ocidental que transformou a sua administração e forças armadas num aglomerado de camarilhas corruptas entre as quais a influência da extrema-direita é preponderante. Quanto à natureza de classe do governo russo, já foi apontada: o governo de Putin representa os interesses da oligarquia capitalista, ferozmente chauvinista e imperialista que se orgulha do passado czarista.

Até ao momento em que escrevemos, as notícias que nos chegam dos meios de comunicação ocidentais falam de um rápido avanço do exército russo. O Ministério do Interior ucraniano, cujas informações devem ser tomadas com cautela, afirma que já existem tropas russas em Odessa e que várias divisões blindadas

estarão a 150 quilómetros da capital. Está claro que o poderio militar russo tem capacidade para assumir o controlo das principais infraestruturas e desferir um golpe mortal no débil exército ucraniano.

A NATO, os EUA e a UE apressaram-se com a proclamação das consequências catastróficas da decisão de Putin, mas tiveram muito cuidado em não anunciar o envio de armas ou tropas para apoiar o governo de Kiev. Está por demais claro que uma intervenção militar da NATO na Ucrânia provocaria um conflito de tal magnitude que o movimento de massas contra a guerra em todo o mundo superaria aquele que se gerou em 2003.

Numa hora como esta, tão-somente podemos traçar linhas gerais e perspectivas cautelosas. Se o que Putin pretende é consolidar a sua posição com uma demonstração de força, provar à NATO, aos EUA e à UE que os seus jogos de ameaçar a segurança da Rússia acabaram e manter o controlo político e económico da região de Donbass, ou mesmo anexá-la, já se trata de uma aposta altíssima.

Como é evidente, Putin tem hoje argumentos sólidos para sentar os EUA a discutir um acordo global de segurança que garanta que a Ucrânia é desmilitarizada e deixa de ser uma plataforma para as manobras e intrigas do imperialismo ocidental contra a Rússia: o apoio da China a poucas horas do início das hostilidades e a determinação demonstrada na realização de operações militares são coisas muito sérias. Mas não é possível

fazer uma previsão fechada do que vai acontecer.

Até aqui, parece que a resistência do exército ucraniano está a ser muito medíocre — refletindo a podridão do regime de Zelensky — e que as tropas de Putin podem rapidamente ter o controlo da situação. Mas ainda que se dê rapidamente a queda do governo e se forme um executivo fantoche pró-Putin, é duvidoso que isto acabe a dar lugar a um novo período de estabilidade. Inclui-se se as tropas russas saírem da Ucrânia em breve, o que tampouco é certo, o Kremlin pode encontrar-se a médio prazo com um movimento de resistência que levante a bandeira da “libertação nacional”, beneficiando as forças de extrema-direita ucranianas e o imperialismo ocidental.

## Levantar um movimento massivo contra a guerra imperialista!

Nem o povo ucraniano nem o povo russo podem esperar nada desta guerra reacionária além de sofrimento, morte e destruição. Os argumentos defensivos que Putin invocou — “proteger a população russa das repúblicas populares de Donetsk e Luhansk” —, foram destroçados pelos atos. As tropas russas devem deixar imediatamente a Ucrânia, tal como exigem os manifestantes em São Petersburgo e Moscovo que estão a ser duramente reprimidos pela polícia.

Por seu turno, as proclamações sobre “democracia”, “Estado de direito” e “soberania nacional” aspergidas por Biden, Johnson, Macron ou Pedro Sánchez

são a manha de lobos que se cobrem com pele de cordeiro. Todos estes são igualmente responsáveis por se terem servido da Ucrânia para alcançar as suas ambições imperialistas.

Encontramo-nos perante uma guerra entre bandidos que será paga por nós, a classe trabalhadora da Ucrânia, da Rússia e de todo o mundo. Uma guerra que é mais um sintoma da crise insuperável do sistema capitalista e da mudança na correlação de forças entre as diferentes potências e blocos imperialistas. O conflito na Ucrânia aprofundará ainda todos os desequilíbrios económicos, agudizará o aumento nos preços da energia (gás, petróleo), dos produtos básicos e alimentares, gerará uma nova catástrofe humanitária com dezenas de milhares de refugiados, casas destruídas, infraestruturas arrasadas...

Mas esta guerra não será travada pelos apelos à “diplomacia” ou à atuação de organizações como a ONU, essas folhas de figueira com que os imperialistas se cobrem enquanto fazem as suas manobras. A guerra só será travada com a mobilização massiva e contundente da classe trabalhadora e da juventude nas ruas de todo o mundo, levantando uma política revolucionária, internacionalista e de independência de classe que ponha em questão os interesses capitalistas e imperialistas das potências implicadas e dos seus governos.

**Se queres a paz, luta pelo socialismo!**





# Destruição do SNS aumenta o machismo nos hospitais e a violência obstétrica: A LUTA PELO SNS É LUTA FEMINISTA!

Livres e Combativas

A violência obstétrica é a violência machista que se comete contra mulheres durante o pré-parto, parto e pós-parto. Pode ser tanto violência física — agressões ou restrições físicas, utilização de métodos ou fármacos sem autorização, indução desnecessária do parto, negação do alívio à dor, etc. — como violência psicológica — insultos, ameaças e discriminação, desconsideração dos pedidos e preferências da parturiente, omissão de informação sobre o parto e sobre os procedimentos adotados, etc.

Em Portugal, esta violência é comum e brutal. Inquéritos sobre a experiência de parto feitos pela Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (APDMGP) indicam que até um terço de todas as parturientes são vítimas de desrespeito, abuso ou discriminação.

Apesar de não existirem ainda estudos ou dados sobre racismo, homofobia e transfobia obstétricas, são conhecidos casos em que profissionais negaram epidurais a mulheres negras dizendo que “aguentam mais a dor”, negaram a presença da companheira no caso de casais lésbicos ou negaram procedimentos a homens trans e pessoas não-binárias.

## A episiotomia e o “ponto do marido” – mutilação genital feminina nos hospitais de Portugal

A falta de controlo sobre o que acontece com o nosso corpo durante o processo é também evidente. Segundo os mesmos inquéritos, a maior parte das mulheres não é informada nas consultas pré-natais que pode apresentar um plano de parto, documento onde as parturientes revelam à equipa médica as suas preferências em relação aos procedimentos relacionados com o parto. Mesmo quando apresentado, este inquérito é desrespeitado quase metade das vezes. Meta-das mulheres não são sequer consultadas sobre as intervenções às quais são sujeitas e apenas 1 em cada 10 tem um parto sem intervenção. São números assustadores. E fica pior.

A episiotomia — corte na zona do perineo —, prática desaconselhada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ocorre em cerca de 70% dos partos vaginais em Portugal, contrastando com outros países europeus, onde não chega aos 7%. Mas a violência não fica por aqui. O chamado “ponto do marido” — quando



os médicos cosem o corte da episiotomia com mais pontos do que os necessários, tentando forçar a vagina a ficar mais apertada com o único propósito de dar prazer ao homem nas relações sexuais — é prática extremamente comum. Somos tratadas como objeto sexual, e muitas de nós passam a ter dores nas relações sexuais. A episiotomia e o “ponto do marido” são nada menos do que formas de mutilação genital feminina a ser praticadas nos hospitais de Portugal!

## A destruição da educação pública e do SNS aumentam a violência obstétrica

Esta violência obstétrica, com todas as práticas arcaicas e carniceiras, reflete, antes de mais, o ambiente reacionário e conservador que domina o ensino de medicina em Portugal. Os cursos de medicina são conscientes e sistematicamente tornados inacessíveis aos filhos da classe trabalhadora, reservados às “elites”, aos filhos da burguesia e da pequena-burguesia mais abastada — camadas sociais cheias de desprezo pelos pobres.

As elevadíssimas propinas e custos com materiais de estudo, direções que não prestam contas nem a alunos nem a trabalhadores das instituições de ensino, a rédea solta para o despotismo dos docentes e para todo o tipo de atropelos aos direitos dos estudantes — tudo isto garante que estudantes da classe trabalhadora, assim como mulheres, pessoas LGBTI, negros e imigrantes, são impedidos de chegar ao curso de medicina ou filtrados ao longo do curso.

É por isso que o combate contra a violência obstétrica é também o combate por um sistema de educação universal, verdadeiramente público, gratuito e democrático. E o curso de medicina é sem dúvida uma das ilustrações mais trágicas daquilo que um sistema educativo anti-democrático produz. Aqui não temos simplesmente a falta de uma educação feminista, anti-racista e inclusiva, temos verdadeiramente um sistema educativo que reforça as ideias reacionárias.

Saídos da universidade, os estudantes passam a médicos, o grupo profissional mais privilegiado dos hospitais, num

ambiente que promove a violência psicológica e assédio profissional especialmente contra enfermeiros e outros profissionais de saúde.

Isto é agravado pelo subfinanciamento da saúde pública, algo que, além de impedir que o SNS dê resposta à população, alimenta a violência obstétrica.

A situação tornou-se de tal forma grave que, no verão de 2019, ainda antes da pandemia, a própria Ordem dos Médicos (OM) alertou para a falta de obstetras, de anestesistas e de equipamentos médicos como incubadoras e até ambulâncias. Segundo a OM, entre os 1.400 obstetras registados na ordem, apenas 850 trabalham no SNS, e que “seriam necessários pelo menos mais 150 especialistas e 530 anestesistas para garantir um serviço seguro. Vale notar que metade desses 850 têm mais de 55 anos e, portanto, isentos de fazer turnos noturnos e horas extras, comumente empregues pelo governo para compensar a falta de profissionais do SNS.

O resultado são partos feitos à pressão — com utilização de métodos de indução do parto mesmo quando medicamente desnecessários, com toda a violência que isso acarreta — por equipas esgotadas. Como é possível garantir a segurança e bem-estar das parturientes nestas condições?

Perante esta crise, a resposta da Ministra da Saúde, Marta Temido não foi aumentar o financiamento da Saúde para que se pudessem contratar mais profissionais e encomendar os materiais em falta, mas recorrer a hospitais privados e encerrar de forma rotativa as urgências de quatro das maiores maternidades da zona de Lisboa. É a política do PS: manter o subfinanciamento dos serviços públicos e aproveitar o inevitável caos para garantir o avanço e os lucros do grande capital.

Sem nada se ter resolvido, estamos hoje perante um cenário catastrófico. Várias urgências obstétricas arriscam fechar e aumentam não só a violência obstétrica como, ainda mais dramaticamente, a taxa de mortalidade materna. De 7 mortes por 100 mil nascimentos, em meados

da década passada, saltamos para as 17 mortes, em 2018. É preciso recuarmos ao início da década de 80 — quando 26% dos partos se faziam fora de hospitais — para encontrar valores tão altos.

## Mais um negócio lucrativo para a saúde privada!

Somos violentadas por um sistema que gasta milhões a salvar bancos privados mas não é capaz de financiar o SNS para garantir a nossa segurança e saúde. A redução da dívida pública, a prioridade do PS, é conseguida à custa do subfinanciamento e cativações nos sectores como a educação ou a saúde. E o capital financeiro lucra. Antes de mais, o capital que investe nos hospitais privados, onde o parto é um negócio.

Nos hospitais públicos, 30% dos partos são cesarianas — muito mais do que noutros países europeus. Nos hospitais privados, o valor sobe para uns assombrosos 70% porque as cesarianas são mais lucrativas do que o parto sem cirurgia. O mesmo acontece com vários outros procedimentos violentos nos hospitais privados.

## Só a luta da nossa classe pode acabar com esta violência!

As propostas até agora apresentadas no parlamento não são solução. A criminalização da violência obstétrica, proposta pela ex-deputada Cristina Rodrigues, não só iria punir profissionais exaustos e sem meios como acabaria por agravar o problema ao diminuir ainda mais o número de profissionais nos hospitais. A sensibilização, proposta pelo BE, também não vai à raiz do problema. Punição ou sensibilização de indivíduos não resolve um problema que é sistémico.

Pior ainda é a solução dos partos em casa, apresentada por certas ativistas. Esta “solução” pode parecer muito boa para as madames da pequena-burguesia e para as patroas, mas para a classe trabalhadora, seria voltar ao tempo da ditadura fascista, quando não havia SNS e as mulheres pobres tinham os filhos em casa, sem segurança nem higiene. O que queremos é acesso a um SNS público, gratuito e de qualidade!

Exigimos um SNS totalmente público, gratuito e de qualidade. Exigimos a democratização da saúde, com os hospitais a ser democraticamente geridos por quem neles trabalha e com os procedimentos médicos a ser comunicados e discutidos com os pacientes.

Queremos que todo o sector da saúde seja nacionalizado. Basta de hospitais privados a fazer da nossa saúde e dos partos um negócio.

É necessária uma planificação nacional da saúde e da educação, com um grande aumento do investimento em ambos os sectores, a formação e contratação de muitos mais profissionais, garantindo jornadas de trabalho dignas e seguras para trabalhadores e pacientes.

Exigimos educação sexual inclusiva num sistema de educação igualmente público, gratuito e de qualidade sob o controlo democrático de trabalhadores, docentes e estudantes. Só assim podemos acabar com o machismo e a LGBTIfobia na educação, assim como com o elitismo do ensino universitário que tem resultados tão brutais na medicina.

Estas medidas, como é óbvio, são impossíveis sem a nacionalização sob controlo democrático dos trabalhadores da banca e dos sectores chave da economia, garantindo que a riqueza que produzimos é usada para melhorar as nossas vidas e não para encher os bolsos dos patrões e grandes capitalistas. A erradicação da violência machista, de toda a opressão sofrida por nós, só pode ser conseguida com o derrube do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista, que coloque não o lucro, mas sim o bem-estar e o desenvolvimento humano como objetivo último.

Nós, mulheres trabalhadoras, quando lutamos e procuramos soluções concretas para os nossos problemas, somos sempre levadas a concluir que só a luta revolucionária de toda a nossa classe pode trazer conquistas, e que só com a revolução essas conquistas podem ficar seguras.





# VIVA A LUTA DA MULHER TRABALHADORA!



Tentaram convencer-nos de que o machismo ia gradualmente desaparecer, de que a sociedade estava a “progredir”, que cada nova geração de mulheres viveria melhor do que a anterior. Mas já está muito claro que o capitalismo não funciona assim, não garante nenhum “progresso” gradual rumo a uma sociedade mais justa.

Contra todas essas teorias de “progresso capitalista”, o que vemos são crises cíclicas e, a cada nova crise, um aumento da violência machista, um ressurgimento das ideias mais reacionárias e misóginas — com a extrema-direita a crescer na Europa e no mundo, com um discurso machista e LGBTifóbico.

A atual crise económica e sanitária está a ser uma brutal demonstração do que o capitalismo tem para nos oferecer. As agressões multiplicaram-se numa situação em que muitas de nós se viram confinadas com os seus agressores durante a pandemia — só no ano de 2020, a APAV recebeu 8.000 denúncias de violência doméstica. Segundo dados preliminares publicados pelo Observatório de Mulheres Assassina-das, em 2021 houve 23 femicídios, 20 dos quais em contexto de relações de intimidade ou familiares, e 50 tentativas de assassinato de mulheres em Portugal.

A esta violência assassina junta-se a violência sexual. Mesmo com os

confinamentos, houve registo de 315 violações em 2020, segundo a PJ. E neste número não estão incluídas as incontáveis violações e abusos em contexto de relações de namoro e no casamento, nem as violações na indústria da prostituição que continua a crescer, aproveitando-se da pobreza e do desespero de dezenas de milhares de meninas e mulheres.

Por fim, há a violência no trabalho e na vida familiar e quotidiana. Hoje, em Portugal, um terço das mulheres trabalhadoras recebem o salário mínimo e há uma desigualdade salarial de 20% entre os géneros, ou seja, maior do que aquela que existia há uma década. Ser mulher da classe trabalhadora é ser ainda mais explorada do que os homens e sofrer assédio sexual e todo o tipo de insultos e humilhações no trabalho. Depois da extenuante jornada laboral para o patrão, chegando a casa, espera-nos uma segunda jornada laboral de tarefas domésticas e cuidado das crianças, dos idosos e doentes — tanto mais intensa quanto mais degradados estão o SNS e restantes serviços públicos.

Esta é a realidade em capitalismo, isto é o “normal” num sistema assente em exploração e opressão que tem como única lei inviolável o lucro. As melhorias das nossas condições de vida, os direitos que ganhámos, jamais foram

resultado do funcionamento deste sistema ou ofertas de governos progressistas e amigos das mulheres trabalhadoras. Não. Tudo o que temos foi resultado da luta da nossa classe! E hoje, quando somos atacadas cada vez mais ferozmente pelos nossos exploradores e pela extrema-direita, é a luta a única forma de impedir que nos tirem os direitos conquistados durante gerações.

É por isto que marchamos no dia 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. Este protesto é um passo importante na nossa mobilização e organização para lutar:

- Por igualdade salarial, pleno emprego, o fim da precariedade e um salário mínimo de 1.200 euros, de maneira a podermos livrar-nos da dependência económica dos nossos agressores.
- Por uma rede pública e gratuita de creches, cantinas e lavandarias que nos livre do fardo do trabalho doméstico.
- Por um SNS verdadeiramente universal e gratuito que nos dê, a nós e às nossas famílias, cuidados de saúde com qualidade e acesso a planeamento familiar, a métodos de contraceção e ao aborto.

- Pela extensão do direito ao aborto até às 24 semanas.
- Por um sistema de educação universal, gratuito, público e sob o controlo democrático de trabalhadores e estudantes.
- Por educação sexual inclusiva nas escolas e uma educação livre de ideias machistas, LGBTifóbicas e racistas.
- Por uma rede gratuita e pública de abrigos para vítimas de violência doméstica, de género e LGBTifóbica.
- Pelo derrube do capitalismo e pela construção de uma sociedade livre de exploração e opressão, uma sociedade socialista.

**JUNTA-TE A NÓS NESTA LUTA!**

**JUNTA-TE À LIVRES E COMBATIVAS!**

**JUNTA-TE AO FEMINISMO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO!**

